



Discurso das mulheres e confronto midiático: uma análise sobre a ação da Via Campesina na Aracruz Celulose

Maíra Kubík Mano*

Uma narrativa dos acontecimentos

Quarta-feira, 8 de março de 2006. São quatro horas da manhã. Sem que a Polícia Rodoviária Federal saiba, 40 ônibus se deslocam em direção a Barra do Ribeiro, município com pouco mais de 12 mil habitantes no sudeste do Rio Grande do Sul. O destino final do comboio é uma área da empresa Aracruz Celulose que abriga um centro de pesquisa sobre o manejo do eucalipto.

No interior dos veículos estão 2 mil mulheres da Via Campesina, organização internacional de camponeses¹ presente em 56 países e cujos representantes no Brasil são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

* jornalista e mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP (2010). End. eletrônico: mairakubik@gmail.com

¹ São considerados membros da Via Campesina pequenos e médios produtores, sem-terra, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e jovens agricultores. "Who is La Via Campesina?". <http://www.viacampesina.org/main_en/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=44>. Acessado em 11/06/2009.

Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação Brasileira dos Estudantes de Agronomia (Feab), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Atrás dos ônibus, uma van leva cerca de dez jornalistas², todos convidados pela Via Campesina para acompanhar e registrar o que ocorreria em Barra do Ribeiro. Os demais veículos de comunicação seriam avisados no decorrer da manhã por integrantes do setor de comunicação do MST que haviam permanecido em Porto Alegre (RS).

Naquela ocasião, a capital gaúcha abrigava dois eventos paralelos: a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO (Órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e o Fórum Terra, Território e Dignidade. Ambos realizados na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) entre os dias 07 e 11 de março de 2006, com públicos distintos. Enquanto o primeiro reunia 1500 delegados de parte dos 191 países membros da FAO³, além de 50 ministros de Estado e demais representantes governamentais (HANSSEN, 2009), o segundo contava com a participação de quilombolas, pescadores, trabalhadores rurais, indígenas e mulheres camponesas⁴.

Às 5h00, os ônibus finalmente chegam ao Horto Florestal da Fazenda Barba Negra. Protegidas por um lenço lilás com os dizeres “Não ao Deserto Verde”, numa alusão às áreas com monocultivo de árvores para produção de celulose, as mulheres da Via Campesina destroem um milhão de mudas de eucalipto prontas para o plantio, depositadas em pequenos tubos de ensaio sobre armações de metal. Tudo é filmado e fotografado. O laboratório de manipulação genética que continha material de pesquisas sobre hibridismo também vai ao chão. A ação leva cerca de uma hora.

De volta à estrada, elas partem em direção à Porto Alegre. Lá, uma passeata do Dia Internacional da Mulher está prevista para começar às 8h00. Cerca de 1500 pessoas, entre homens e mulheres que participam do Fórum Terra, Território e Dignidade, aguardam-nas para dar início à marcha na Avenida Ipiranga⁵. Já despedidas do lenço, as 2 mil mulheres da Via

2 Os critérios para escolha dos jornalistas foram elaborados pela assessoria de imprensa do MST e envolveram visibilidade dos veículos e respeitabilidade na cobertura de temas relacionados à reforma agrária. Dentro disso, a Rede Globo, na figura de sua afiliada RBS, e o jornal Zero Hora, foram os únicos vetados por terem um histórico “notório”, sob o ponto de vista do movimento, de deturpar suas ações e deliberadamente prejudicar os sem-terra.

3 Informação disponível em: <http://www.fao.org/unfao/govbodies/memberships_reg_en.asp>. Acesso em 15/06/2009.

4 Em Porto Alegre, atividades discutem Reforma Agrária e soberania alimentar. *Jornal Sem Terra*. Abril de 2006.

5 *Jornal Sem Terra*, *ibidem*.

Campesina se juntam então ao protesto. Elas formam as primeiras fileiras da passeata, que percorre cinco quilômetros até a PUC-RS.

Ao chegar à universidade, os manifestantes são impedidos de entrar pela polícia militar e algumas pessoas ficam feridas no empurra-empurra que começa. A pressão aumenta e, finalmente, as mulheres rompem a barreira de segurança e alcançam a porta do prédio onde a conferência da FAO é realizada. Mais uma vez sem poder seguir adiante, as integrantes da Via Campesina negociam ingressar de forma pacífica no edifício. Querem distribuir aos participantes do encontro seu manifesto contra o “Deserto Verde”.

Aceita a reivindicação, algumas representantes entraram no auditório principal, ainda pela manhã. Até então, apenas rumores sobre a ação na Aracruz Celulose haviam circulado. Ivanete Tonin, integrante do MST, e Luci Piovesan, do MMC, leem o Manifesto das Mulheres Camponesas para os representantes de 81 delegações estrangeiras e para o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. São aplaudidas de pé.

Papel capital, papel midiático

No manifesto lido na II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO, as mulheres da Via Campesina afirmaram⁶:

Somos contra os desertos verdes, as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose, que cobrem milhares de hectares no Brasil e na América Latina. Onde o deserto verde avança, a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana

A pauta explicitada no documento era a crítica à monocultura, ressaltada na expressão “Deserto Verde”. O termo designa áreas extensas com cultura exclusiva de um produto agrícola, neste caso o eucalipto. A utilização dessa expressão demonstra uma preocupação com a cultura extensiva de produtos agrícolas de maneira generalizada, como explica uma integrante do MST⁷, daqui para frente denominada “Maria”:

Dentro do MST e da Via Campesina vínhamos estudando os impactos das monoculturas na vida das pessoas do campo e da cidade, então já havia um entendimento da necessidade urgente de se chamar a atenção da sociedade em geral para este problema de todos e todas nós.

6 Campanha “Não ao Deserto Verde”. Página do MST. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/especiais.php?ed=7>>. Acesso em 15/02/2009.

7 A entrevista, de caráter fechado, foi realizada em 11/06/2009.

O problema ao qual a sem-terra se refere não se resume ao impacto ambiental, mas também à matriz produtiva: “Nós estamos denunciando o agronegócio há tempos”, afirma. Para Maria, que esteve diretamente envolvida com a ação da Aracruz, o que se revela por trás dessa questão é que a expansão da monocultura em grandes áreas ocorre em detrimento dos pequenos produtores.

Quando questionada se a ação teve o impacto planejado, Maria confirma que sim: “Não esperávamos que as pessoas se colocassem a nosso favor ou não, o que esperávamos era que a sociedade começasse a se preocupar com o avanço desordenado das monoculturas de eucalipto, que vem destruindo a biodiversidade brasileira e sul-americana, e isto aconteceu”.

Para Maria, “a diferença deste episódio foi a visibilidade que a imprensa deu”. Segundo a sem-terra:

Pela cultura machista, as mulheres são incapazes de fazer, de planejar, de raciocinar, de estudar. Ao verem uma ação bem preparada, com objetivos claros e que foram atingidos, causa espanto para as classes dominantes, ainda mais por se tratar de camponesas.

O impacto dos elementos “classe” e “gênero”⁸ somados também são percebidos por Itelvina Massioti:

O alvo: uma propriedade privada de uma grande empresa multinacional do agronegócio. A forma como foi feita: uma ação coletiva, que foi literalmente à raiz da questão. Responsáveis pela execução: mulheres camponesas. A combinação desses três fatores é que explica porque a ação da Via Campesina na Aracruz no Rio Grande do Sul, em 8 de março, provocou tanta polêmica e se constitui como um marco na história das lutas populares no Brasil e talvez no mundo (MASSIOLI, 2006).

Convidados pelas integrantes da Via Campesina, os meios de comunicação puderam acompanhar toda a ação na área da Aracruz, tendo acesso exclusivo à mobilização. Entre os veículos presentes, estavam a *Folha de S.Paulo* (daqui para frente denominada *Folha*) e *O Estado de S.Paulo* (daqui para frente denominado *OESP*) analisados nessa dissertação. Os jornais escolhidos são dois dos maiores periódicos de circulação diária do país⁹.

8 Consideramos o estudo de gênero como relativo às experiências masculinas e femininas e às relações de poder. Utilizamos como referência o artigo “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott (1995).

9 De acordo com a Associação Brasileira de Jornais (ABJ), entre 2002 e 2007, a *Folha de S.Paulo* foi o maior jornal de circulação do país. *O Estado de S.Paulo* ocupou por vezes a quarta e a terceira posição, intercalado por *O Globo* e *Extra*, ambos do Rio de Janeiro.

Em ambas as publicações, a ação teve chamada na capa e as respectivas reportagens estavam no primeiro caderno de cada publicação, um indício da importância da mobilização.

Na *Folha*, o título da notícia de 09/03/2006 foi “Mulheres depreedam fábrica de celulose”. O jornal divulga, em quatro parágrafos, trechos do manifesto das mulheres camponesas, logo abaixo de aspas do gerente da Aracruz em Guaíba, Renato Rostirola. A matéria é encerrada com o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e alguns grupos empresariais gaúchos criticando a ação. O “chapéu”¹⁰ utilizado é “Campo minado” e uma foto que ocupa meia página traz uma das manifestantes quebrando uma parte da área de mudas da Aracruz.

Apesar de ser uma ação realizada apenas por mulheres, o jornalista Léo Gershmann, autor do artigo, utiliza o termo “os manifestantes”, em detrimento de “as manifestantes”, utilizando linguagem sexista¹¹.

No *OESP*, o título foi “Via Campesina destrói 1 milhão de mudas e depreda laboratório no Sul”. O jornalista Elder Ogliari, responsável pela matéria refere-se às mulheres no gênero feminino com os termos “as camponesas” e “as invasoras”. Diferentemente do concorrente, o *OESP* não divulgou o documento da Via Campesina, mas deu “o outro lado” da história em uma frase: “A porta-voz da Via Campesina, Luci Piovesan, disse que o ato representa ‘a indignação das mulheres do campo’ pelos incentivos que o governo dá ao agronegócio e à indústria da celulose”.

Em entrevista feita com Piovesan sobre essa cobertura em particular, ela negou ter falado ao *OESP*: “isso foi uma explicação que eles colocaram em cima de algo que falei”¹². Para Piovesan, “o *OESP* só destacou o lado da empresa, colocando a ação como negativa”¹³, sem colocar posição da Via Campesina sobre a monocultura de eucaliptos e suas consequências, razão da realização do ato. “Eu não esperava outra coisa”, resumiu¹⁴.

No restante do texto, além de entrevistar Rostirola, o jornal apresenta Isabel Gonçalves, pesquisadora, funcionária da Aracruz, que fez o contraponto à ação das mulheres camponesas: “A pesquisadora Isabel

10 De acordo com o Manual Geral da Redação da *Folha de S.Paulo*: “Chapéu – É uma palavra, nome ou expressão usada acima do título, em corpo pequeno, para caracterizar o assunto da notícia”.

11 Responsável pela veiculação de formas simbólicas cruciais para a cultura moderna, a imprensa, mais que reproduzir dados da realidade, representa por meio da linguagem essa realidade, segundo escolhas específicas, utilizando-se de mecanismos que lhe são próprios e que podem, em determinados contextos, contribuir para a naturalização de crenças, papéis sociais ou interpretações da realidade ideologizadas, ou seja, a imprensa pode veicular matérias que contribuam para estabelecer ou sustentar, dentre outros, preconceito e relações de poder. (SGARBIERI, 2005, p 152)

12 PIOVESAN, Luci. Em entrevista realizada em 23/03/2009.

13 PIOVESAN, *ibidem*.

14 PIOVESAN, *ibidem*.

Gonçalves interrompeu férias para conferir o estrago e não conteve as lágrimas ao ver o esforço de vários anos destruído”.

Ao não divulgar as justificativas da mobilização ou ao fazê-lo de maneira bastante restrita, os jornais reforçaram a imagem de Isabel Gonçalves¹⁵: sem explicitar o motivo alegado pelas protagonistas, a ação torna-se vazia de significado ao longo dos textos, ao mesmo tempo em que as mulheres do MST são comparadas de forma implícita à pesquisadora, que representa o “bom senso” ao contrário da “fúria”.

É esta a construção feita pelo editorial – espaço oficial de divulgação da opinião do jornal – da *Folha* de 10/03/2008:

O alvo era a “sociedade capitalista e patriarcal”. O pretexto, o Dia Internacional da Mulher. E os instrumentos, taquaras e facas de mesa. Em pouco mais de meia hora, cerca de 2.000 delinquentes atuando em nome de uma certa Via Campesina - congregação internacional da qual faz parte o MST - destruíram 5 milhões de mudas de eucaliptos das instalações do horto florestal da Aracruz Celulose.

Poucas vezes se viu manifestação tão obtusa. Segundo panfleto divulgado pela entidade, o objetivo era denunciar as 'conseqüências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de eucaliptos'. (...) Esse delito coletivo traz consigo carradas de autoritarismo, atraso, sectarismo e intolerância dignos de uma ditadura albanesa. São exatamente esses os ideais "revolucionários" professados pelo movimento. Seus integrantes, como o folclórico José Bové, são fantoches a repetir os lugares-comuns da vulgata marxista. (...) O mesmo gênero de justiceiros indignados com eucaliptos costuma destruir lanchonetes de redes norte-americanas – que também são alvo de multidões simpáticas ao terrorismo islâmico no Paquistão, por exemplo.

O MST é vinculado a estereótipos de inimigos internacionais do capital, como “destruidores de lanchonetes norte-americanas” e, até, mesmo, a terroristas islâmicos¹⁶.

15 Dois meses depois da ação, em 09/05/2006, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, por iniciativa do deputado estadual Berfran Rosado (PPS), concedeu a Isabel Gonçalves a medalha da 51ª Legislatura “como forma de reconhecimento do Parlamento gaúcho à importância do conhecimento, da pesquisa e do estudo para o crescimento de nosso Estado e do nosso povo”. Segundo ele, “Em 8 de março, assistimos estarecidos no Estado, no Brasil e no mundo, atitudes covardes, bárbaras, inconseqüentes e sobretudo bandidas, quando cerca de 2 mil representantes da Via Campesina e do MST invadiram o horto florestal Barba Negra, da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro. (...) A atitude covarde que vimos atenta contra a Isabel, contra nossos filhos, contra o respeito, mas sobretudo contra uma terra livre e contra um povo honrado e trabalhador”. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Dep/site/materia_antiga.asp?txtIDMateria=146622&txtIDDep=14>. Acesso em 02/11/2009.

16 Ainda que não seja analisada aqui a revista *Veja*, esta publicou um texto de tônica semelhante intitulado “O terror contra o saber”, onde menciona que “As queimas de livros durante a Inquisição e no regime nazista de Adolf Hitler já mostraram ao mundo como o obscurantismo é incapaz de conviver com

Além disso, ao utilizar entre aspas o termo “sociedade capitalista e patriarcal”, o jornal ironiza não apenas o combate de classe travado pelas sem-terra como a luta das mulheres. E é dentro dessa perspectiva que a personagem de Isabel Gonçalves colabora com determinada abordagem: difundir a imagem e a voz de uma mulher que diz, aos prantos, ter lutado 20 anos para desenvolver sua pesquisa na área de eucaliptos e que viu seu esforço perdido em minutos por causa de manifestantes, também mulheres, que literalmente destruíram seu viveiro de mudas, é um argumento poderoso.

A crítica assemelha-se àquelas feitas aos luditas no século XIX. Segundo Jesús Martí-Barbero (1997, p. 149),

A destruição das máquinas pelos luditas [foi] um movimento que passou pela história com uma imagem caricatural elaborada pela direita, mas que os historiadores de esquerda engoliram também há até pouco tempo. A de que foi a ignorância misturada a preconceitos religiosos, que impôs aos trabalhadores destruir as máquinas de trabalho, os teares mecânicos.

Hoje sabemos, sem dúvida, que os organizadores do movimento ludita não foram os trabalhadores ‘mais primitivos’, mas os mais instruídos e qualificados, aqueles mesmos que continuaram seu movimento para travar depois a primeira batalha pela jornada de 10 horas. E não foram preconceitos religiosos, mas uma percepção aguda da relação entre as máquinas e as novas relações sociais, entre o formato do dispositivo mecânico e a organização do trabalho na fábrica o que motivou a destruição das máquinas.

Essa semelhança também foi identificada por Horácio Martins de Carvalho, que chamou atenção para a postura de alguns intelectuais que se posicionaram contrários à ação da Via Campesina. De acordo com ele,

Alguns intelectuais, homens e mulheres da cultura, vêem nessa iniciativa de enfrentamento do arbítrio econômico, social e ambiental das empresas a serviços da produção de celulose uma postura política similar àquela dos ludistas, daqueles homens e mulheres, velhos e crianças, todos eles operários das indústrias inglesas que durante muitas décadas, a partir do meado do séc. XVIII, destruíam as máquinas que frações da burguesia instalavam nas suas indústrias para aumentar não somente a produtividade como a mais-valia que extraíam do proletariado.

Essa similaridade de ações políticas não é de todo surpreendente, nem impertinente. O que se faz inusitado na postura política desses intelectuais

o conhecimento. Na semana passada, uma horda de 2.000 militantes de um chamado Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) reproduziu um pouco dessa bestialidade ao invadir e destruir um centro de pesquisas da companhia Aracruz no município de Barra do Ribeiro (RS), a pouco mais de 50 quilômetros de Porto Alegre. Foi a maneira que esse braço até então desconhecido do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) amou para celebrar o Dia Internacional da Mulher - e estrear na prática medieval das invasões bárbaras”. *Veja*, Economia e Negócios, pág. 88, 12/03/06.

é a omissão das razões históricas que conduziram o proletariado, em fase incipiente de organização política e de desenvolvimento da sua consciência de classe nos meados do séc. XVIII, a tripudiar sobre as novas máquinas, assim como aqueles motivos que determinaram política e socialmente as mulheres camponesas no limiar do séc. XXI a violarem negócios privados e a tentarem anular as novas formas de exploração do trabalho e de degradação da natureza (CARVALHO, 2006).

Porém, ainda que existam semelhanças na forma como as ações das mulheres da Via Campesina e a dos ludistas foram vistas, Carvalho ressalta as diferenças entre as situações:

Ao compararem superficialmente a ação dos ludistas com a ação direta das mulheres camponesas de inutilização de mudas de eucalipto para a produção de celulose de empresa multinacional do agronegócio deixam de salientar um aspecto de fundamental relevância. Enquanto os ludistas se surpreendiam com a inovação tecnológica representada pela mecanização industrial movida, então, a vapor, as mulheres camponesas, diferentemente, estavam plenamente conscientes de que o deserto verde que vem sendo criado pelas multinacionais da celulose deve ser barrado e superado. Num caso uma ação de resistência contra o desemprego; noutra uma ação ofensiva de negação da degradação ambiental e social. Em ambos os casos, e com graus distintos entre os níveis de consciência política, estava explícita a luta de classes (CARVALHO, 2006).

Assim, aliada à referência histórica (pejorativa) à predominância da “histeria” entre as mulheres (GOLA e MAZZARRELA, 2000), funda-se uma imagem caricatural sobre a ação da Via Campesina. A referência à rusticidade e à “delinqüência” somada à “histeria” evidencia um duplo preconceito já identificado pelas mulheres do MST: de classe e de gênero.

Bibliografia

- ARBEX JR, José. *Showrnlismo – a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- _____. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Denis de (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BUZETTO, Marcelo. Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo. *Lutas Sociais*, n. 6, São Paulo, 1999.
- CARVALHO, Horácio Martins de. A celulose que mata. *Brasil de Fato*. 18/05/2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. *Brava Gente*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

- GOLA, Natalia; MAZZARRELA, Tatiana Teixeira Inglez. *Histeria, pelas fendas do narcisismo*. Instituto Sedes: Departamento de Psicanálise, 2000. Disponível em: <<http://www.sedes.org.br>>. Acesso em 20/12/2008.
- GONÇALVES, Renata. Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos. *Lutas Sociais*, n. 15/16, São Paulo, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vols. 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
- GUTIERREZ, Mónica. Los Medios de Comunicación Social y la Mujer. In: FAINHOLC, Beatriz. *La mujer y los medios de comunicacion social*. Buenos Aires: Editorial Humanitas, 1993.
- HANSEN, Mariana. Porto Alegre recebe conferência internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. *Revista do Terceiro Setor – RETS*. Disponível em: <<http://www.rits.org.br>>. Acesso em 13/06/2009.
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo qualitativa. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MAFFÍA, Diana. Sujetos, política y ciudadanía. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. *Las palabras tienen sexo – introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.
- MARTIN, Jean-Yves. *Les Sans-Terre du Brésil: Géographie d'un mouvement socio-territorial*. Paris: L'Harmattan, 2001
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MASSIOLI, Itelvina. Por que a Ação da Via Campesina na Aracruz incomodou tanta gente? *Jornal Sem Terra*. Abril de 2006.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre: v. 2, n. 20, Jul/Dez, 1995.
- SGARBIERI, Astrid Nilsson. Mídia, ideologia e preconceito: Análise do Discurso Crítica. In: FUNK, Susana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (orgs.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.